



ASOJUBS
SERVIDORES DO JUDICIÁRIO SP

O Processo

Informativo da Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo • Ano 2 • Edição 5 • 2007

Funcionalismo:
Defasagem salarial ignorada, Data Base comunicada pelo Diário Oficial e a não efetivação dos Lei 500

Magistrados e desembargadores:
R\$ 5 mil para a compra de livros, notebooks e 125 carros novos

Páginas 6 e 14

Desrespeito ao Servidor do Judiciário



Projeto Fim do Mês:
Sucesso de público

Páginas 10 e 11

Entrevista
com
Maria Kill,
a tesoureira
da Assojubs

Páginas 12 e 13

SPPREV:
vitórias
pontuais

Página 8

EDITORIAL

Mais uma vez o desrespeito ao servidor

Mais uma vez o Tribunal de Justiça de São Paulo ignorou a data base dos servidores do Judiciário, que era em março e só foi paga em julho (atrasados) e agosto (regularmente).

Mais uma vez o TJSP desrespeita seus servidores comunicando o índice de reposição pelo Diário Oficial, sem nenhuma reunião ou discussão com os servidores.

Mais uma vez o TJ demonstra a pouca vontade em alterar a remuneração dos servidores do Judiciário, pois no esboço da proposta orçamentária para 2008, encaminhada ao Legislativo em julho, consta apenas a reposição salarial do ano de 2007, baseada em uma perspectiva de inflação de 4,5%.

Mais uma vez temos motivos para não acreditar, pois na proposta orçamentária de 2007 também foi enviado 4,5% e só foi pago 3,12%.

Mais uma vez somos obrigados a engolir o argumento da falta de verbas, mas o TJSP gasta atualmente 4,33% do orçamento total do Estado e pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal poderia gastar 6%, sendo 5,7% o limite prudencial.

Mais uma vez vemos um presidente do TJSP apenas balançar a cabeça e demonstrar que não consegue fazer valer para o Governo do Estado a autonomia do poder que preside.

Mais uma vez querem que acreditemos que não há um acerto político que impede

que o TJSP efetivamente tenha sua autonomia assegurada, e a direção do TJ pouco utiliza de seus poderes para mudar esse quadro, provavelmente porque para a magistratura as coisas vão bem.

Mais uma vez a contradição é esfregada na nossa cara, pois para o pagamento de reposição salarial e reajuste dos auxílios a desculpa é a falta de verbas, mas para a compra de livros - R\$ 5 mil para cada magistrado - e de carros novos - 125 carros de luxo da GM - existe dinheiro e até "justificativa".

Mais uma vez o TJSP se nega a discutir a defasagem salarial passada que é de 22,75% (IGPM-FGV).

Mais uma vez a injustiça prevalece na Casa onde deveria se fazer justiça, onde todos deveriam ser iguais perante as leis, mas no Brasil, e em São Paulo, entre os "homens de preto", parece valer a velha e irônica máxima de George Orwell (A revolução dos bichos): "São todos iguais, mas uns mais iguais que os outros".

Mais uma vez cabe a pergunta para cada servidor do Judiciário de São Paulo: até quando vamos agüentar essa situação?

Mais uma vez cabe um alerta para o TJSP em relação ao futuro, ao futuro do judiciário, mas também ao futuro da nossa sociedade: em jogo onde não há juiz, não há jogada fora da lei.

COLUNA DO LEITOR

Visando dar espaço às opiniões de seus leitores, O Processo desenvolveu um espaço em seu informativo para divulgação dos e-mails e cartas recebidos pelos associados. A partir da próxima edição, dúvidas, críticas e sugestões de pauta - que constantemente a Assojubs acolhe - serão veiculadas e respondidas no periódico.

A seção Coluna do Leitor visa estreitar ainda mais o relacionamento entre a entidade e seus associados, fortalecendo a comunicação entre eles e possibilitando a livre expressão de suas idéias.

Os e-mails podem ser enviados para faleconosco@assojubs.com.br.

As cartas devem ser enviadas para Av. São Francisco 276/278 - Centro - Santos.

FRASES

"O Poder Judiciário é uma arena onde se joga a luta de classes. Por exemplo: a greve no setor privado é uma disputa de mais-valia. A greve no setor público é uma disputa de classe. Sempre faço algumas coisas mostrando a minha preocupação com o social."

Eros Grau, ministro do Supremo e ex-militante do PCB, em entrevista no blog de Ricardo Noblat, mostrando seu conhecimento sobre a Constituição do Brasil e 'O Capital', de Karl Marx - Maio de 2007

"Sou de Salvador e no meu seminário 80% são de origem africana e são inteligentes."

Dom Geraldo Majella Agnelo, arcebispo de Salvador, ao justificar que não é racista. - Maio de 2007

"O que não é possível, e nenhum brasileiro pode aceitar, é alguém fazer noventa dias de greve e receber os dias parados, porque, aí, deixa de ser greve e passa a ser férias."

Do presidente Lula, criticando as greves no serviço público, em sua segunda coletiva de imprensa desde que assumiu o poder, em 2003 - Maio de 2007

"Somos um partido sério, sem ladrões, sem mensaleiros. Temos um problema com matadores de aluguel, mas isso dá para contornar."

Ratinho Júnior, deputado federal (PSC-PR), fazendo humor com a denúncia contra o colega Mário de Oliveira (PSC-MG), suspeito de ter contratado um matador para dar cabo do deputado Carlos Willian (PTC-MG), plano descoberto a tempo pela polícia - Julho de 2007

"Se precisar, despacho, eu dou até em papel de pão. O que vale é o documento."

José Xavier de Aquino, desembargador do TJSP, respondendo porque deu despacho em pedaço de papel - uma folha de caderno - reconduzindo ao cargo o prefeito de Bertioiga que havia sido afastado. - Agosto de 2007

EXPEDIENTE



ASSOJUBS
SERVIDORES DO JUDICIÁRIO SP

Diretoria
Hugo Coviello - presidente
Paulo Pompeu - vice-presidente
Adelson Gaspar - secretário
Maria Kill Castro- tesoureira
Marcio Paiva - atividades sociais e culturais
Laércio Armesto - atividades esportivas
Paulo Sampaio - patrimônio
Alexandre dos Santos - convênios

Conselho Deliberativo
Mário Rosa - comarca de Santos
Reginaldo Ramos - comarca de Santos
Ana Lucia Grijó - comarca de Santos
Marcus Thomaz - comarca de Santos
Eduardo Requejo - comarca de São Vicente
Riberto Cacheiro - comarca de Praia Grande

Diretor Responsável:
Paulo Rogério Pompeu (vice-presidente, acumulando a Diretoria de Comunicações)
Jornalista responsável: Camila Marques MTB 34.448
Redação e edição: Camila Marques e Hugo Coviello
Revisão: Camila Marques
Diagramação: www.cassiobueno.com.br
Tiragem: 2000 exemplares
Impressão: Gráfica Diário do Litoral

ASSOJUBS - Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo
Endereço: Av. São Francisco, 276 / 278 - Centro - Santos - S. P. Cep: 11013-202
telefone: 3223-2377 • e-mail: faleconosco@assojubs.com.br • internet: www.assojubs.com.br

EDITORIAL II

Repressão às greves: nova forma de ditadura

A recente paralisação dos metroviários de São Paulo e o protesto dos metalúrgicos de Santos, na porta da Cosipa, serviram para demonstrar de forma clara como os governos, federal e estadual, e os patrões, empresários e banqueiros, pretendem encarar os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores num futuro muito próximo: criminalizando-os e penalizando-os financeiramente.

Assim a propalada liberdade de expressão e manifestação, e também o direito de greve, vão de fato para o ralo, vão de fato deixar de ser possíveis. "Democraticamente" caminhamos para um novo tipo de ditadura, a ditadura virtual ou moral.

Explica-se. Com a decisão da Justiça do Trabalho de multar em R\$ 1 milhão e 800 mil o Sindicato dos Metroviários de São Paulo, além das 61 demissões seguintes ao ato por parte do governo de São Paulo, há uma clara tentativa de "criminalizar" o movimento dos trabalhadores do metrô.

Essa "criminalização" ocorre com o apoio tradicional da mídia brasileira, sempre pronta a torpedear qualquer movimento paredista e de trabalhadores.

A dramatização de que a paralisação traz prejuízos à população chega ao ponto de transformar a paralisação quase que em um noticiário de guerra, onde grevistas são colocados com se fossem terroristas. E segundo a mídia, a população vira refém dos grevistas.

Primeiro: o caos do transporte público em São Paulo não é culpa dos metroviários. Ele existe diariamente há pelo menos três décadas.

Segundo: uma greve só tem sentido quando chama a atenção da população para a falta que faz o trabalho de determinados profissionais para executarem um tipo de função. Se a greve não alterasse nada na rotina diária, ninguém se importaria com ela e os patrões não negociariam.

A mídia brasileira tenta inverter a lógica e,

propositadamente, exige que o movimento grevista se transforme em movimento cívico, sem gerar prejuízos aos patrões.

A preocupação não é com a população espremida em ônibus e trens, porque isso ocorre todos os dias há mais de trinta anos e não sai todo dia no Jornal Nacional. Tão pouco os governos e as empresas de transporte são multadas pelo sofrimento diário da população nos meios de transporte.

A preocupação é que uma paralisação do metrô afeta a produção, com o atraso, ou falta dos trabalhadores, e aí ela prejudica o setor empresarial, os amigos dos empresários da mídia.

Quando ocorreu o desmoronamento da cratera do metrô, ninguém viu a mídia espumando de raiva e cobrando punição às empreiteiras responsáveis pela obra - privatizada no governo Alckmin -, as maiores empreiteiras do Brasil.

Chegou-se ao cúmulo de argumentar, através da mídia, que a chuva da época seria um dos fatores, como se a capital do Estado fosse um deserto onde a chuva não é esperada.

A criminalização e penalização dos trabalhadores quando lutam pelos seus legítimos direitos não é nova. O que mudou foi a forma.

Na ditadura era repressão, porrada, tortura e sumiço, dos mais "atrevidos", pelas forças militares. Na chamada democracia, Fernando Henrique Cardoso, o intelectual a serviço do capital, inaugurou a "penalização financeira" com a greve dos petroleiros em 1994. A idéia é asfixiar financeiramente os sindicatos para evitar que façam movimentos prejudiciais ao capital.

Claro que a justiça brasileira, elitista e conservadora, com seu histórico de "imparcialidade", topa sempre fazer parte do jogo de mídia, atuando nesses casos - e ao que parece apenas nesses casos - para "garantir os direitos da população".

Mas a greve também é um direito, e quem a faz também é parte da população.



Repressão policial contra os metalúrgicos na frente da Cosipa

Na nossa greve em 2004 a OAB seguiu o exemplo de FHC, e na gestão de D'Urso, liderança da campanha do "Cansei", entrou com ação para cobrar R\$ 50 mil por dia de paralisação das associações dos judiciários. O Sindicato dos Lixeiros de São Paulo, recentemente, foi condenado a pagar uma multa de R\$ 800 mil pela greve de dois dias, ocorrida em abril desse ano.

Agora a multa sobre os metroviários, na Capital, e as multas para impedir manifestações em porta de fábrica e nas rodovias.

Foi o que ocorreu no caso dos metalúrgicos da Cosipa, em que foi concedida uma liminar, por um juiz de Cubatão, estabelecendo multa de R\$ 50 mil por manifestações realizadas na porta da Cosipa, e multa de R\$ 10 mil por hora de paralisação nas rodovias administradas pela concessionária privada Ecovias.

Fica a pergunta: aonde o trabalhador pode se manifestar?

Para a elite brasileira, empresários, banqueiros, governos e boa parte dos profissionais liberais, a resposta é: não pode.

A repressão policial na manifestação da Cosipa, foi um desses recados claros e sintomáticos que servem de aviso para o futuro.

"Não incomodem os patrões". "Não atrapalhem os lucros", parece querer dizer o Estado e seu aparato repressivo. Os lucros extraordinários do "espetáculo" patético do crescimento, do deslumbrado governo Lula.

"Não desafiem o governador Serra", em sua gananciosa caminhada para satisfazer sua

vaidade pessoal de ser presidente da República.

O mesmo Serra, que tão preocupado com a população, entregou para uma concessionária particular a exploração de pedágio, não previsto originalmente, no trecho oeste do Rodoanel.

Para Serra, quem não quiser pagar esse pedágio e optar pelo congestionamento da Marginal Pinheiros é "imbecil" (literalmente usou essa palavra durante entrevista sobre o assunto, ao vivo, pela Rádio Eldorado).

Quer dizer, ele implanta um pedágio que não era previsto e a população, que precisa usar a pista, ou paga, ou é imbecil e então vai para o congestionamento. Realmente devem existir muitos imbecis no Brasil para eleger governantes deste tipo.

O governo Lula prepara a regulamentação da lei de greve e, entre outras coisas artimanhas, quer definir que a greve não pode paralisar mais que 40% de um serviço público, por exemplo. Alguém acredita que seja possível uma greve ter suas reivindicações atendidas, paralisando apenas 40% do trabalho?

Lula sabe que não, mas em sua cruzada para agradar os empresários elaborou um projeto de lei de greve, que se existisse em sua época, os movimentos grevistas de 1978/79 jamais teriam alcançado a importância que conquistaram, tão pouco Lula teria conseguido a projeção que conseguiu.

Mas para Lula e para Serra trabalhador só existe durante a campanha eleitoral.

MODERNIZAÇÃO

Em 14 de agosto o presidente da Assojubs, Hugo Coviello, e alguns companheiros oficiais de justiça da Capital foram conhecer o Fórum Digital - Fórum Regional da Freguesia do Ó - inaugurado dia 02 de julho pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

A concepção deste Fórum é radicalmente diferente de todos os demais fóruns em funcionamento no Estado. No amplo - e muito confortável - edifício da Freguesia do Ó, um antigo convento, três varas cíveis, uma vara de família e uma de conciliação estão em funcionamento. Há, no entanto, apenas um ofício para atender a demanda de todas essas varas, o Ofício Judicial do Fórum Regional XII.

Portanto, o trabalho que em fóruns normais seria realizado em cinco ofícios, neste modelo digital é exercido por apenas um, dividido atualmente em três setores: civil, família e atendimento ao público. Existe um chefe para o setor civil e outro para o de família.

O atendimento ao público reúne o protocolo - executado por apenas um funcionário -, a distribuição (interna, pois só há um ofício) e a recepção (esclarecimento de informações e dúvidas).

O ofício não possui prateleiras e, praticamente, não há atendimento no balcão, pois na entrada do prédio estão instalados terminais digitais - os denominados totens - para a consulta das partes ou dos advogados. São seis totens digitais que disponibilizam o acompanhamento dos andamentos dos processos que lá tramitam e nos chamados "expressinhos".

Os terminais, até o momento, não permitem acesso aos outros fóruns, pois o programa e a base de dados que servem o Fórum Regional da Freguesia do Ó são do Sistema de Automação Judiciária (SAJ), desenvolvido pela empresa Softplan, de Santa Catarina. Os demais fóruns de São Paulo utilizam o software desenvolvido pela Prodesp. Os programas não são

Fórum Digital: O futuro da categoria?

interligados, não havendo interface entre eles.

Como o TJ determinou que o sistema SAJ será adotado em todos os fóruns, há a necessidade da conclusão desta implantação para que terminais de consulta possam informar sobre o andamento de processos em todo o Estado.

No Fórum da Freguesia do Ó sobra espaço, não há filas e nem acúmulo de pessoas pelos corredores, geralmente evidenciado nos demais fóruns. Sobram móveis e computadores para os funcionários. Os equipamentos de informática são de alta tecnologia, com modernas impressoras a laser. O espaço funcional é adequado e no Ofício Judicial pode-se desfrutar de uma vista panorâmica extraordinária da cidade de São Paulo.

Dúvidas para os servidores

Inegavelmente o Fórum Regional da Freguesia do Ó representa um modelo em termos de condições físicas oferecidas para o trabalho. O atendimento ao público apresenta avanços, mas também gera questionamentos. Os terminais certamente facilitarão a vida dos advogados.

Mas e a população? Conseguirá ter o entendimento próprio ao seu caso, dado que o tipo de esclarecimento disponibilizado é padronizado e suas informações contêm termos técnicos processuais?

Para os servidores, é evidente a eliminação de postos de serviço. No Fórum da Freguesia do Ó há 31 escreventes e três oficiais de justiça para o trabalho de cinco varas judiciais, além do diretor de divisão. Não há auxiliares judiciários.

Segundo informações obtidas, a comparação feita é que em uma situação normal, como nos fóruns atuais, esse mesmo trabalho necessitaria de cerca de 150 funcionários.

Assim, a diminuição no quadro funcional é de quase 75%. Fica a pergunta: é possível imaginar que a provável ampliação dessa concepção de trabalho - e restrição da quantidade de funcionários - poderá resultar na redução de jornada de trabalho sem redução de salários?

É óbvio que em um lugar onde trabalhariam 150 pessoas, se o número caísse para 30 funcionários, haveria aumento da carga de trabalho para esses 30, pois não ocorreria uma redução de rotinas na ordem dos 75%. Não se pode desconsiderar que também ocorreria o aumento da responsabilidade desses servidores, que passariam a realizar o trabalho para várias varas ao mesmo tempo.

E como ficaria o salário deles? Continuaria sendo o mesmo? Onde o TJ utilizaria os atuais diretores? A ampliação desse sistema digital, negavelmente, acarretaria na eliminação de parte considerável desses cargos e, como consequência, a reagrupação dos diversos ofícios em ofícios judiciais que poderiam atender até oito varas, como acontece com o planejamento do Fórum Digital da Freguesia do Ó.

Não somos contrários à implantação de novas tecnologias, mas entendemos que a tecnologia deve servir para melhorar a condição do ser humano. Nesse caso, de todos os envolvidos, como o público, os advogados, os magistrados e os servidores.

Pela amostra atual no TJSP, os



Luiz Milito (à esquerda) e Hugo Coviello verificam o funcionamento do terminal digital de consultas no Fórum da Freguesia do Ó

magistrados terão melhorias enormes com esse sistema, pois poderão trabalhar e atuar, inclusive despachando, de qualquer lugar via internet. Os advogados também terão mais agilidade para acompanhar os processos. O público, aparentemente, ganhará por um lado, com mais rapidez no andamento processual, mas parece que perderá o contato mais humanizado que o servidor pode apresentar - o que o computador não tem. Isso significa muitas vezes não conseguir entender o grau de andamento de seus processos, haja vista as dificuldades educacionais que o país apresenta.

Para os servidores é que o cenário parece mais prejudicial, pois significa uma diminuição, em longo prazo, de postos de trabalho, diminuição da memória processual, pois cada servidor torna-se multifuncional e a divisão do trabalho não acompanha mais a nu-

meração dos processos ou sua divisão em cotas para cada um.

Isso significa aumento de produtividade - cada um tem que realizar mais -, embora os salários sigam sendo os mesmos. Significa também aumento de responsabilidade, sem aumento salarial, já que o trabalho passa a ser para várias varas ao mesmo tempo.

Esse é o futuro planejado pelo TJSP? Será esse o futuro da categoria?

O objetivo da consultoria contratada pelo TJ para modernização de suas atividades é aumentar a produtividade e diminuir custos. Isto claramente é fazer cada um trabalhar mais e, gradativamente, diminuir o número de funcionários (através da não contratação ou de uma contratação proporcionalmente menor que a reposição do quadro atual.).

Este processo, com certeza, já começou.

ARTIGO

Oficiais de Justiça: Modernização e Central de Mandados

por *Luiz Milito*

No dia 24 de agosto foi inaugurada mais uma Vara da Família no Fórum Regional da Freguesia do Ó e transferidos mais três colegas oficiais de justiça do Fórum de Santana para o Fórum da Freguesia do Ó, que ficou com seis oficiais de justiça no total.

O que ainda é pouco para atender uma demanda, por enquanto, de mais de 3000 processos ao mês, lembrando que no Fórum da Freguesia do Ó, ou Fórum Digital, funcionam seis varas com apenas um escritório judicial para atendê-las e uma central de mandados.

É de se supor que haverá um acúmulo de mandados bem maior que a possibilidade de cumprimento pelos oficiais de justiça.

Assim mal começou a "modernização" e já aumentou o excesso de trabalho, além do que a transferência dos oficiais de justiça desfalcou ainda mais o quadro de oficiais de justiça do Fórum de Santana.

"Vestir um santo e descobrir outro", é uma prática constante do Tribunal de Justiça!

"Mas não sejamos tão rigorosos, vamos esperar um pouco", segundo disse um funcionário da Freguesia do Ó: "As coisas ainda estão sendo acertadas".

Desse modo? Até quando?

Apesar de faltar resposta para essa indagação em nossa visita ao local como servidores do judiciário interessados nas transformações por que passa nossa profissão, foi possível notar que algumas mudanças ocorreram no serviço dos oficiais de justiça. Vamos abaixo assinalar algumas:

1) Os mandados são produzidos na central de mandados, que ali está centralizada no computador do diretor do Ofício que por sua vez é o coordenador da central de mandados do Fórum Digital, os oficiais cumprem mandados misturados do Cível e da Família.

2) Os oficiais têm um cartão magnético e uma senha de acesso, os quais podem imprimir os mandados, que saem da impressora com o nome do oficial de justiça, geralmente em duas vias, sendo uma contra fé, que

entrega nas diligências para o citado, intimado, notificado etc..O rosto do mandado, onde é dada a ciência no ato fica com o oficial, as certidões e baixas, por enquanto, tem que ser feitas nos próprios computadores do Fórum (no horário de expediente é claro, com todas as dificuldades).

3) Os mandados positivos com a devida assinatura são "scaneados" e também vão para o sistema onde serão incluídos no processo pelos escreventes. Vamos lembrar que não fica papel nenhum no fórum, então os oficiais, por cautela, acabam guardando em suas casas as vias dos mandados cumpridos por um tempo em suas prateleiras caseiras, as quais, juntando com os mandados a cumprir, compõem "as retrógradas e estressantes extensões do trabalho".

4) A "central" terá num futuro próximo um diretor ou chefe de seção próprio, que irão coordená-la, a distribuição dos mandados será feita por CEPs restritos e já divididos para cada oficial. Vejam que os oficiais perdem o vínculo com um Cartório

ou Ofício específico e ficam "como que subordinados", não mais ao juiz, mas sim ao diretor ou escrevente chefe.

Colegas, essa maneira "moderna" de cumprir mandados não tem muita coisa a acrescentar aos oficiais, que no dia-a-dia de suas diligências, enfrentam os mesmos problemas e dificuldades que todos nós já conhecemos, entre as principais estão o excesso de trabalho, a cumulatividade e a existência de mais de 3500 cargos vagos, só de oficiais de justiça, já que o TJ não realiza concurso há mais de nove anos.

O que o TJ acrescenta (para sua própria direção) é o controle do trabalho do oficial on-line, e, com isso, pode aumentar as pressões, as cobranças exageradas e exigir a padronização das certidões (como se isso fosse possível, cada caso é um caso, cada mandado é diferente do outro). E ainda nas futuras avaliações de produtividade e desempenho que entrarão em vigor assim que o famigerado PCC (Plano de Cargos e Carreira) for aprovado na Assembléia Legislativa.

Fica aqui a possibilidade de cada

colega analisar e participar dos debates e reuniões que a Comissão de Oficiais de Justiça está fazendo - apoiada pela divulgação da Assojubs - já que essa experiência da Freguesia do Ó servirá de exemplo para a implantação, num futuro próximo, desse sistema de funcionamento em todos os fóruns do Estado. Aguardem nossos boletins convocatórios e propostas que estão sendo veiculadas no site da Assojubs.

Luiz Milito, 53 anos, é oficial de justiça da Vara de Execuções Fiscais do Fórum Vergueiro - SP (desde 1979) e associado da Assojubs. Foi professor comunitário de geografia na Escola Operária Supletivo Nova Cultura (atual Centro Cultural - Ceteac), no bairro do Belém, São Paulo (1970 - 2003), e no Supletivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos (1978/1979). É um dos idealizadores do Cetraj (Coletivo Estadual dos Trabalhadores do Judiciário) e membro da Comissão de Prédios do Fórum Vergueiro e da Comissão de Oficiais de Justiça.



ASOJUBS
SERVIDORES DO JUDICIÁRIO SP

Associe-se à Assojubs

- LUTA EM DEFESA DA CATEGORIA
- CONVÊNIO MÉDICOS (PARTICIPATIVO UNIMED - EXCLUSIVO)
- CHEQUE CONVÊNIO
- AMBULATÓRIO ODONTOLÓGICO
- DEPARTAMENTO JURÍDICO - AÇÕES COLETIVAS E PARTICULARES
- INTEGRAÇÃO - ATIVIDADES SOCIAIS E CULTURAIS

Visite nosso site e imprima sua ficha de filiação www.assojubs.com.br
E-mail: faleconosco@assojubs.com.br

Tel.: (013) 3223-2377

DATA BASE

Na pauta as reivindicações da categoria; críticas fizeram parte do repertório dos representantes dos servidores.

A Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, após um longo período de solicitações, resolveu ceder espaço na agenda de compromissos de seu gestor para receber as diversas entidades representativas dos servidores no Estado, no dia 27 de agosto, e abrir a discussão sobre a pauta de reivindicações da categoria.

O Gabinete Presidencial do Palácio da Justiça foi o local do encontro, que contou com a presença do desembargador Celso Limongi, o juiz assessor João Omar Marçura e Lílian Salvador, a secretária de recursos humanos. Por parte das entidades estiveram presentes, além da Assojubs, a AOJESP, AASPTJ-SP, ASJCOESP, AFFI, APATEJ, ASSEJT e AECOESP.

Para que essa aproximação pudesse ser realizada foi necessária uma mobilização por parte das entidades em conjunto com um grupo de aposentados, que aguardam a restituição do FAM (Fundo de Atualização Monetária). Somente após essa pressão, ocorrida nos dias 19 e 23 de julho, o juiz assessor Ronnie Hebert estabeleceu a data.

Essa dificuldade em promover discussões com a cúpula do Tribunal foi um dos pontos criticados pelo presidente da Assojubs, Hugo Coviello. "Foi dito pelo senhor, quando assumiu, que as portas da Casa estariam abertas, pois seria uma gestão democrática. Mandamos dois ofícios, estivemos com assessores em duas ocasiões e esperamos quase cinco meses para ter essa reunião. Que democracia é essa?". Mediante a crítica, que teve

Limongi recebe críticas no Palácio da Justiça

o apoio dos demais integrantes, Limongi acordou a realização de encontros mensais com a categoria até o final de seu mandato.

A reunião foi marcada pelo expressivo descontentamento dos representantes dos servidores, que cobraram uma postura mais concreta do presidente do TJ acerca das pendências que envolvem a categoria e se arrastam por anos, como a reposição salarial, a defasagem dos auxílios e o Plano de Cargos e Carreiras foram incessantemente colocadas em debate.

Em resposta às colocações das entidades, Limongi explicou que sua intenção é quitar esses débitos, mas a solução fica inviável devido às "limitações orçamentárias", pois depende das verbas enviadas pelo Governo do Estado.

A liberação de verbas fez Coviello indagar sobre a quantia de R\$ 5 mil destinada aos juízes para a compra de livros, a qual ele considera insensata, pois ao mesmo tempo o TJ confirma não haver dinheiro e concede benefícios deste tipo aos magistrados: "É imoral. Não entendo como um juiz, que recebe por volta de R\$ 20 mil, necessita de uma verba suplementar tão alta para a aquisição de livros", desferiu.

Considerando a premissa impropriedade, Limongi refutou o uso do termo imoral, considerado "muito forte". Em sua defesa explicou:



Limongi recebe as críticas dos representantes dos servidores; Coviello questiona o presidente do TJSP

"Eu preciso melhorar as condições e trabalho dos juízes, senão depois não terei como cobrá-los". Hugo Coviello, então, lembrou o presidente do TJ que "os servidores, igualmente, não recebem as condições adequadas de trabalho e, no entanto, são cobrados todos os dias".

Outro fator importante levantando pelas entidades foi sobre a não inclusão da reposição salarial na proposta orçamentária de 2008. O presidente da Assojubs criticou a insistência do Tribunal em não reconhecer a defasagem salarial, apesar dos cálculos matemáticos e estatísticos (Dieese/Assojubs) mostrarem o contrário. Atualmente essa defasagem chega a 22,75%,

pelo IGPM (de março de 2002 até o julho de 2007, incluindo os 3,12% comunicados pelo TJ em junho). O parecer do desembargador foi o mesmo: "a falta de verbas". De acordo com ele, os valores são pleiteados, mas o Governo do Estado não libera. É o que acontece - a maioria das vezes - com o texto da proposta orçamentária, cujo montante é solicitado, mas vetado pelo Executivo.

Para Coviello, o TJ, nesse momento, não pode utilizar a argumentação dos problemas orçamentários, porque nem ao menos requereu essas verbas ao Governo do Estado - no esboço de 2008. "A Casa não pode jogar a culpa no governador, pois sequer fez a solicitação. Então, não é que não vem, não foi é

pedido", disse.

Sobre esse repasse e o corte por parte do Executivo, Coviello citou o exemplo utilizado no Rio de Janeiro, em que o Tribunal enviou o projeto e o governador também não efetuou o pagamento. "O TJ veiculou em um jornal de grande circulação (O Globo) - meia página - o corte feito pelo Estado, afirmando que o Judiciário do Rio de Janeiro tem dinheiro para pagar. "O TJRJ se posicionou contra o governador nesse caso e exigiu sua autonomia. A gente não vê isso em São Paulo".

O presidente da Assojubs reforçou a cobrança para reajustes imediatos dos auxílios aos servidores, já que essa importância não é ligada à verba de pessoal e, por-

tanto, seria possível aumentar os valores: "Na Justiça Federal o vale-refeição é de R\$ 16,00. Aqui, o valor é só de R\$ 6,00. Eu desafio o presidente a sair pelos arredores do Palácio da Justiça e conseguir encontrar um almoço razoável, e de boa qualidade, por esse preço". Limongi reconheceu que o valor é muito baixo e solicitou à secretária de recursos humanos, Lílian Salvador, que elaborasse estudos nesse sentido.

O magistrado declarou estar fazendo o possível para dar andamento às reivindicações, mas evitou se comprometer insistindo na tese de falta de verbas.

Hugo Coviello ressaltou que em termos salariais a administração Tâmbara (Luiz Tâmbara, antecessor na Presidência do Tribunal de Justiça) foi melhor que a de Limongi: "Na questão estritamente salarial, sem entrarmos na discussão dos fatores que levaram a greve de 2004, a gestão Tâmbara foi melhor. Tivemos, no total, 22% de

reposição salarial. Na sua gestão esse mesmo índice não chega nem a 8%".

Um consenso entre os representantes foi a respeito da participação das entidades na elaboração dos textos das propostas orçamentárias posteriores, o que garantiria maior transparência em sua execução.

De concreto apenas a certeza de outra reunião, em 21 de setembro, para dar continuidade às discussões. Aspectos como o cálculo correto da defasagem salarial, o reajuste dos auxílios, a inclusão de um possível parcelamento dessa defasagem na proposta orçamentária para 2008 - e a forma de colocá-la em prática - ficaram de ser analisados por parte da assessoria da Presidência do TJ.

"Sou transparente e leal e, por isso, espero poder resolver essas questões", foi o máximo que conseguiu argumentar Limongi em defesa de sua gestão perante a categoria.

Cálculo de Defasagem Salarial Atualizada

ASSOJUBS / DIEESE

Período:
Março de 2002 à julho de 2007

IGPM (FGV): 22,75%

OUTROS ÍNDICES
INPC (IBGE): 10,54%

ICV (DIEESE): 8,77%

DIEESE

ASSOJUBS

SERVIDORES DO JUDICIÁRIO SP

GESTÃO 2006/2008
"ORGANIZAÇÃO E TRABALHO"

FUNCIONALISMO

Serra veta instalação de CIPA no serviço público

Pouco tempo depois de sua aprovação pela Assembléia Legislativa, o projeto da instalação de Cipa - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - em órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de São Paulo foi vetado pelo governador José Serra, no dia 02 de agosto.

A propositura, de autoria do deputado Hamilton Pereira (PT), prevê a organização de Cipa em instituições que contenham no mínimo 20 servidores, com o objetivo de zelar pelo estado emocional e físico dos trabalhadores, revelando situações de perigo eminente e atuando na precaução e solução dos decorrentes problemas.

O projeto, quando aprovado pela Casa, em 28 de junho, teve parecer da Comissão de Constituição e Justiça como sendo de "caráter oportuno", tendo em vista o "resguardo da saúde e da vida do trabalhador, funcionário público estadual, detectando riscos e elaborando ações preventivas na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho". Agora, o parlamentar espera pela derrubada do veto no plenário da Assembléia Legislativa.

Funcionamento - Regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 1978, a constituição de Cipa é uma importante conquista dos trabalhadores, pois representa um significativo avanço na luta pela garantia de segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Ela é uma comissão composta por representantes do empregador - por ele designado - e dos representantes eleitos pelos empregados. Sua missão é a preser-

vação da saúde e da integridade física dos trabalhadores e de todos aqueles que interagem em empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.

Entre suas atribuições, a Cipa visa:

- Identificar os riscos do processo de trabalho;
- Elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho;
- Participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho;
- Realizar, periodicamente, verificações nos ambientes e condições de trabalho visando a iden-

tificação de situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores;

- Realizar, a cada reunião, avaliação do cumprimento das metas fixadas em seu plano de trabalho e discutir as situações de risco que foram identificadas;

- Divulgar aos trabalhadores informações relativas à segurança e saúde no trabalho;

- Divulgar e promover o cumprimento das Normas Regulamentadoras, bem como cláusulas de acordos e convenções coletivas de trabalho, relativas à segurança e saúde no trabalho;

- Requisitar ao empregador e analisar as informações sobre questões que tenham interferido na segurança e saúde dos trabalhadores;

- Promover, anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT;

- Participar, anualmente, em conjunto com a empresa, de Campanhas de Prevenção da AIDS.



PREVIDÊNCIA

SPPREV: vitórias pontuais

Em 28 de maio foi aprovado na Assembléia Legislativa de São Paulo o Projeto de Lei 30/05 instituindo o novo sistema previdenciário do Estado, a SPPREV, ou São Paulo Previdência. Com a aprovação, foi promulgada a Lei 1010/07.

A Assojubs participou de todas as etapas das discussões da SPPREV juntamente com as demais entidades representativas do funcionalismo pú-

blico - nas discussões com os deputados estaduais, na audiência pública realizada na Assembléia Legislativa e durante a votação do projeto.

Durante a audiência pública, o plenário da Assembléia Legislativa - lotado com mais de 200 servidores e com outras cinco mil pessoas do lado de fora, barradas pela PM - vaiou e fustigou incessantemente os deputados da base governista

(PSDB, DEM, PTB e PPS).

O motivo das vaias: a SPPREV, de maneira geral e a longo prazo, será ruim para os servidores públicos de São Paulo, principalmente porque possibilitará aumentar os descontos previdenciários, a título de manter o equilíbrio financeiro do sistema.

Parlamentares da oposição e representantes das associações e sindicatos dos servidores públicos também lutaram pela definição no projeto do índice de desconto, para que, ao menos, tivéssemos a garantia da permanência do índice atual, 11%. Porém, a base governista durante todo o tempo de negociação, e discussão, não aceitou a inclusão desse item.

Os deputados governistas também rechaçaram qualquer possibilidade de alterar pontos importantíssimos para os servidores, como o reconhecimento e definição, por parte do governo, do passivo atuarial, e o pagamento da dívida que tem com o Ipesp - que superaria R\$ 50 bilhões - antes do início do funcionamento da SPPREV.

Esses fatores reunidos corroboraram a perspectiva negativa para os servidores de que, em curto prazo, haja um aumento dos descontos previdenciários. Apenas como exemplo, em estados como Amazonas e Paraná, onde o sistema próprio de previdência dos servidores públicos, em conformidade com a lei

federal, foi adotado, o desconto passou para 14%, chegando a 17% na Bahia.

Efetivação dos Lei 500

As vitórias conquistadas pelos servidores, através da emenda aglutinativa 42, encaminhada pelo governo, após a discussão com os representantes das entidades de servidores públicos e a sonora e constrangedora vaia - seguida de xingamentos - durante a audiência pública de maio, possibilitou a incorporação dos servidores lei 500 que faziam parte do quadro funcional do Estado - nos três poderes - até a data da promulgação da lei 1010.

Com essa fundamental vitória, os servidores públicos estaduais - mais de 800 mil em todo o estado - conseguiram impedir que cerca de 225 mil servidores da lei 500, fossem mandados para o INSS. E mais, o parágrafo 2º, do artigo 2º, capítulo 1, trouxe uma consideração sobre os lei 500 que os transformam em servidores de cargo efetivo.

Apesar de o Governo do Estado negar essa consideração, o entendimento para a diretoria da Assojubs é de que: "O texto aprovado é claro e diz que são titulares de cargo efetivo os servidores da lei 500, admitidos até a data da publicação da lei 1010. O problema é que, segundo informações passadas pelo Tribunal de Justiça, a Procuradoria do Estado entende que essa consideração é só para fins previdenciários. Infelizmente, e mais uma vez, teremos uma longa batalha judicial para consolidar os efeitos dessa lei" afirmou Hugo Coviello, presidente. Segundo ele, a Assojubs, inclusive, protocolou - com exclusividade até o momento - um requerimento administrativo "para que o TJ informe sobre a efetivação dos lei 500. Se a resposta for negativa, entraremos com as medidas judiciais para garantir esse direito aos nosso associados assim admitidos."

Outra vitória conquistada foi a paridade de representantes dos servidores no Conselho de Administração, órgão gestor da SPPREV. Na

proposta original do governo, apoiado por sua base, seriam seis conselheiros, sendo quatro indicados pelo Estado e dois pelos servidores.

Após as manifestações e as pressões do conjunto de entidades representativas do funcionalismo, o governo cedeu e aceitou a paridade. Na lei aprovada, serão 14 conselheiros sendo sete do Estado e sete representantes dos servidores.

Ainda que pontuais, a Diretoria da Assojubs acredita que o significado dessas vitórias traz um alento para o futuro dos trabalhadores do serviço público estadual: "Os servidores estão começando a se conscientizar da importância de caminhar junto nas lutas. Chegamos a fazer reuniões semanais na sede da entidade, com representantes dos professores e da saúde na Baixada Santista, sobre a SPPREV. Fizemos um seminário com esses companheiros e eles afirmaram que foi a Assojubs que trouxe a discussão da SPPREV para a Baixada Santista", explicou Coviello.

A regulamentação da SPPREV

Atualmente as entidades representativas dos servidores, inclusive a Assojubs, discutem, toda terça-feira, na Assembléia Legislativa, a regulamentação do funcionamento da SPPREV. O ponto mais polêmico diz respeito à forma de indicação dos representantes dos Servidores Estaduais no Conselho de Administração da SPPREV.

No âmbito do Judiciário e do Legislativo, a discussão se encaminha para um consenso - o Legislativo pode eleger um representante, e o Judiciário e o Ministério Público, em conjunto, têm direito a um representante -, mas no Executivo a discussão será mais complicada, pois existem três vagas para serem escolhidas por servidores de 23 secretarias de Estado.

A Lei da SPPREV 1010/07 está disponível na íntegra na página da Assojubs na internet, no link Judiciário/Legislação.

O site é www.assojubs.com.br



Vitória pontual: servidores impediram que os Lei 500 fossem para o INSS

AUTONOMIA FINANCEIRA

Assojubs presente nas discussões parlamentares do Judiciário

A Assojubs, representada por seu presidente, Hugo Coviello, esteve presente nas discussões de duas frentes parlamentares na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Em sua primeira participação, em 28 de junho, o tema do encontro com membros da Casa, representantes do Tribunal de Justiça e entidades defensoras dos servidores foi o funcionamento da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia do Poder Judiciário. De iniciativa do deputado estadual Rodolfo Costa e Silva (PSDB), a idéia básica propõe fazer alterações na arrecadação do Estado possibilitando a destinação autônoma dos recursos financeiros ao Judiciário, assim como já é feito no Rio de Janeiro.

Entre as opiniões discutidas na oportunidade, alguns integrantes citaram o conceito adotado pelas universidades paulistas como exemplo a ser adotado, ou seja, a definição de um percentual da arrecadação do ICMS, a ser destinada ao TJ.

A transparência na destinação das verbas orçamentárias foi o foco dos comentários do presidente da Assojubs. Esse fator condiciona o apoio da entidade à questão: "Somos favoráveis à autonomia desde que haja transparência e tenha também a participação dos servidores e da população na elaboração da destinação das verbas".

Da reunião ficou acordado um próximo encontro para andamento à discussão da autonomia financeira do judiciário, dentro do poder legislativo.

O Presidente da Assojubs fez parte, também, do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores e do Poder Judiciário, no dia 2 de julho, uma criação do deputado José Bittencourt (PDT).



Presidente a Assojubs participa da discussão da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores do Judiciário

A frente tem a proposta de - segundo seu mentor - "promover a valorização dos servidores do Judiciário" e de amenizar a situação dos funcionários da Casa, segundo declarou Major Olímpio (PV), outro parlamentar presente à Assembleia Legislativa na data.

O lançamento foi marcado pela divergência de pareceres entre os representantes da categoria e Ronnie Herbert, juiz assessor da Presidência do TJ.

Hugo Coviello, por exemplo, enfatizou o fato de que a mentalidade do Tribunal em relação aos servidores segue a mesma conduta, indiferente das mudanças administrativas ocorridas, principalmente em termos salariais. "Se compararmos essa questão nas gestões Luiz Tâmbara e Celso Limongi, o tratamento, até por causa da greve de 2004, foi melhor com Tâmbara, pois houve 22% de reposição, enquan-

to com Limongi não chegou nem a 8%".

Com a palavra, Ronnie Herbert responsabilizou a falta de verbas pelos problemas na gerência de recursos humanos e nas defasagens salariais da categoria, para ele a questão salarial na gestão Tâmbara atingiu 22% de reposição em função do cenário daquele momento, pois os servidores saíam de uma greve de 91 dias "que chamou a atenção da sociedade, quando houve cortes e descontos na folha, que acarretou na formação de um caixa, o que possibilitou esses reajustes".

Questionado por Coviello se tal opinião significava então o entendimento de que o TJ só atende as reivindicações com as paralisações dos servidores, Herbert se esquivou: "Não sei se o caminho é a greve. Talvez sim, talvez não". Sobre a criação do Plano de Cargos e Carreiras, ele comentou que, segundo

suas informações, sua aplicação provocaria um impacto de 5,4% na folha de pagamento. Herbert reconheceu que as dívidas indenizatórias do TJ com o funcionalismo superaram R\$ 2 bilhões.

Em sua conclusão, a Frente Par-

lamentar em Defesa dos Servidores e do Poder Judiciário estabeleceu encontros bimestrais, para análises orçamentárias do Tribunal de Justiça, visando melhorar as condições dos servidores do judiciário.



Frente Parlamentar pela autonomia financeira do Judiciário

PROJETO FIM DO MÊS

Arraial Jubs é atração do mês de junho

Ressaltando o clima de festejos juninos, a Assojubs realizou em 29 de junho o Arraial Jubs, evento integrante do Projeto Fim do Mês, mensalmente promovido pela entidade. A ocasião reuniu diversos associados, seus familiares e amigos, proporcionando

uma noite extremamente animada e descontraída, características marcantes das nossas confraternizações.

"É ótimo para sair da rotina", explicou a associada Isaura Helena Duarte Pimentel. Funcionária do Fórum Criminal de Santos, ela vê nes-

sas festividades uma forma de se estreitar o relacionamento com os colegas de ofício. "É a oportunidade de conhecer um outro lado das pessoas, sem ser o profissional." Recentemente transferida do Guarujá para Santos, Maria do Carmo de Jesus Monteiro, compartilha da mesma opinião. "Pude me aproximar mais da turma que trabalha comigo. Além de ver alguns funcionários, geralmente mais fechados no cotidiano, se divertindo", revelou.

O ambiente cordial e amistoso são os principais aspectos citados pelos frequentadores da casa. Isso é evidente no primeiro contato, como destacou Vanessa de Paula: "É um excelente lugar e, independente de não ser sócia, fui bem recebida. Com certeza pretendo voltar." Também contente com a recepção, o convidado Luiz Carlos Mesquita já incluiu as festas da Assojubs no seu calendário social. "Gosto muito daqui. Quando minha amiga servidora me convida, venho com satisfação", disse.

E mesmo em um evento voltado ao entretenimento, as conversas citam as injustiças sofridas pelo funcionalismo e o trabalho que a entidade faz visando melhorar essa situação. Para Isaura Pimentel, a diretoria atual, presidida por Hugo Coviello, é bem atuante e costuma deixar os judiciários cientes sobre suas ações. "O Hugo corre atrás dos nossos interesses, nos informa e sempre orienta no que é melhor para a categoria. Por isso foi eleito."

A seleção musical foi produzida pelo DJ César, que animou a noite. Os participantes invadiram a pista e dançaram bastante aos sucessos atuais e clássicos, dos mais variados estilos. Comidas típicas da época aguçaram o paladar dos presentes.



Servidores prestigiaram a festa junina da Assojubs

**JULHO**

Feijoada e samba na Assojubs



Judiciários no embalo de samba e feijoada

Em terras brasileiras, feijoada e samba é a mistura que deu certo. Não há quem resista ao suíngue de uma boa batucada e, muito menos, aos encantos dessa succulenta especialidade gastronômica.

Devido a esse sucesso, o projeto Fim do Mês selecionou a dupla como

referência para o 1º Feijão Jubs, ocorrido em 23 de julho na Assojubs. E o evento, excepcionalmente ocorrido em um sábado, foi aprovado pelos presentes, que curtiram essa realização tipicamente nacional.

Pela primeira vez em uma festividade da entidade, o sócio Everaldo

la e Assojubs

Cruz Almeida, do 3º Ofício de Família de Santos, aprovou a realização, principalmente pelo ambiente familiar, que gerou a "oportunidade de fazer um programa com a namorada e a mãe e também dispor da companhia dos amigos".

"É um espaço bom e com uma receptividade excelente", destacou Luciene Batista, funcionária da Seção de Protocolo (Fórum de Santos). Para ela, as festas da Assojubs contribuem para aliviar e amenizar o ritmo acelerado, provocados por uma semana de trabalho intenso. "Um pouco de distração sempre é bom."

O som do 1º Feijão Jubs ficou a cargo do Grupo Fundamental, uma ótima escolha de acordo com Gilda da Conceição. Presente ao evento com um grupo de amigos, ela adorou o local, a organização e o clima amistoso. "Gostei muito. Quando puder venho de novo e ainda trago outros colegas para conhecer."

Além do êxito em promover a dobradinha samba-feijoada, uma outra junção foi muito comentada entre os associados: a união social-sindical. Essa forma de atuação da Assojubs, que mescla a luta pelos direitos dos servidores com a promoção de entretenimento cultural e esportivo, é válida porque "trabalha os dois lados", destacou Everaldo Cruz Almeida. De olho no serviço prestado pela entidade, uma das ações que chamou sua atenção foi a alteração no plano de saúde. "Foi uma boa, pois era preciso atualizar. Vejo que a Assojubs está caminhando para melhorar."

Para Luciene Batista, um ponto forte da gestão atual é o dinamismo do presidente, Hugo Coviello. "Ele possui desenvoltura nas questões que envolvem a categoria." Os elogios também citam a facilidade em contatar alguns membros da diretoria, primordial no relacionamento entre a entidade e seus sócios. "Em certa ocasião, O Adelson (Pereira Gaspar - secretário geral) resolveu minha solicitação com agilidade", relembrou.

NOITE ITALIANA

Italian Jubs é sucesso de agosto no Projeto Fim do Mês



Massas, vinho e muita alegria na Noite Italiana

O Projeto Fim do Mês de agosto da Assojubs foi sucesso de público. Intitulado Italian Jubs - Uma Noite Italiana, o evento, realizado no dia 31, contou com a presença maciça de associados, familiares e uma extensa leva de convidados, que curtiram uma noite agradabilíssima, num ambiente amistoso e acolhedor.

A festa proporcionou aos participantes degustarem pratos da tradicional cozinha italiana, com o acompanhamento de molhos especiais - preparados graciosamente por membros da Loja Maçônica Príncipe do Líbano -, para o deleite dos apreciadores de mais saborosa gastronomia.

Entre os presentes, o secretário de segurança de Praia Grande, José Marques Trovão Neto, desfrutou de sua primeira visita à Assojubs. "É um local muito legal e acolhedor, pretendo

retornar", avisou. Acompanhado de sua esposa, Márcia Valéria Marques Trovão, chegou à sede através de amigos em comum do judiciário, em que sua ligação é bem próxima, pois é bacharel em direito. Para Trovão, a promoção de atividades festivas em uma entidade, seja ela qual for sua representação, "é fundamental, pois reunir os associados mantém um processo de relacionamento positivo".

Leandro Taconi, do 3º Ofício Criminal de Santos, também compareceu à Italian Jubs, e o seu primeiro contato em um dos eventos da Assojubs foi proveitoso e teve total aprovação. "Adorei. É uma forma de sair da rotina e conhecer gente nova." O oficial de justiça, mesmo não sendo associado, se diz interado com as ações executadas pela atual gestão da entidade - está em constante atualização, pois sua com-

panheira de trabalho, Miriam Araújo é conselheira -, apesar da pouca integração devido à falta de tempo. "A associação é a nossa voz e sei que eles (administradores) correm atrás. Por saber que a diretoria é competente fico tranquilo, porque vão sempre fazer o que é melhor para nós." Segundo Taconi, duas das qualidades de Hugo Coviello, presidente, são a simplicidade e a comunicabilidade. "Ele é humano. E isso faz a diferença", explicou.

Outra participação, sempre querida, foi a de Sérgio Augusto Crochemore, do 10º Ofício Cível. O associado é extremamente participativo e faz parte da história da Assojubs. Ele é frequentador dos eventos e, quando necessário, auxilia na preparação. Com igual disposição, contribuiu na estruturação - e até colaborou para a formação da equipe - para as provas do Campeonato Santista

de Pedestrianismo. Como está envolvido na evolução da associação - foi um dos fundadores do sindicato -, acredita nos princípios adotados pela diretoria em exercício, pois ressalta que os setores político e administrativo estão bem geridos. "O Hugo representa bem nossas opiniões e possui jogo de cintura.". Para Crochemore, o fator relevante da condução da Assojubs é "trazer a categoria para a entidade", e tanto a questão sindical, quanto as realizações de atividades esportivas e eventos sociais são importantes.

A Italian Jubs - Uma Noite Italiana teve apresentações de música ao vivo, com Gaetano Due e o DJ César. Na festa também foram registradas as presenças dos integrantes da Polícia Civil, Polícia Militar e um grande grupo da Loja Maçônica Príncipe do Líbano.

MARIA KILL - TESOUREIRA DA ASSOJUBS

Lidar com o próprio dinheiro, em diversas ocasiões, é um fator complicado, pois implica em - visando resultados positivos posteriores - saber os momentos oportunos para os investimentos ou aquisições. Representar um órgão e trabalhar com o montante de diversos contribuintes é uma tarefa que, no mínimo, acarreta responsabilidade e preocupação dobradas. Essa é a função de Maria Kill Damy Castro, a atual tesoureira da Assojubs, gestão 2006/2008.

Sua participação na entidade já vem da administração anterior, onde Hugo Coviello e Adelson Pereira Gaspar, respectivamente presidente e secretário geral do mandato em vigência, também atuaram. A parceria entre eles virou uma grande amizade sem deixar de lado os objetivos administrativos executados na Assojubs, que cresceu e se tornou mais representativa e atuante nas questões que envolvem os direitos da categoria judiciária.

Sob o aval de Kill, como é graciosamente conhecida, a associação percorreu um processo de desenvolvimento, gerando crescimento físico, estrutural e financeiro, ocasionando significativas melhorias, sempre em prol de seus associados. Essa ascensão foi motivada pela modernização dos equipamentos, que proporcionou agilidade no atendimento aos associados, reforma da cantina e escritório, já quitados, instalação da sub-sede de São Vicente e revitalização dos setores sociais e esportivos, com a promoção de eventos e incentivos à prática de atividades, entre outras implantações e mudanças.

A competência de Kill é evidente desde 1979, quando ingressou no serviço público estadual e passou a compor o quadro funcional do Fórum de Santos. Atuou como escrevente, chefe, oficial maior e diretora técnica de serviço, quando se aposentou. Após essa caminhada profissional de 24 anos na área pública, passou a se dedicar à Assojubs, cujo papel desempenha brilhantemente.

É o que o leitor de O Processo pode conferir na entrevista abaixo.

O Processo - Qual era a situação financeira da Assojubs quando essa gestão que você integra iniciou o trabalho?

Maria Kill Damy Castro - Eu, Hugo e Adelson iniciamos nossa 1ª gestão em meados de junho de 2004. A Assojubs registrava no balancete do ano anterior um patrimônio total de R\$ 314.254,46. A entidade não tinha dívidas, havia uma demanda trabalhista pendente de julgamento. O disponível em caixa - de todas as contas correntes, poupança e aplicação em FDI - do escritório e cantina, nos bancos NCNB e BANESPA, juntas, totalizavam aproximadamente R\$ 34.000,00.

Com menos de 15 dias na diretoria, deu-se a greve histórica do Judiciário do Estado de São Paulo, que durou 91 dias, e os gastos gerados para custeio dessa greve ultrapassaram, em muito, o montante disponível. Com dados disponíveis na época, observamos que havia débito no importe de R\$ 110 mil, aproximadamente, entre associados e ex-associados. No segundo semestre de 2004, ainda em razão da greve, principalmente devido aos descontos ocorridos no pagamento dos associados, registramos mais estornos, que acarretaram mais débitos, bem acima de R\$ 100 mil.

Os imóveis do escritório e da cantina eram alugados e, não raro, necessitavam de reparos. No escritório tínhamos quatro funcionárias e quatro ou cinco computadores - já bem antigos -, sendo que um era destinado à confecção dos "chequinhos". Muitos trabalhos eram feitos manualmente, inclusive, havia uma funcionária para escrituração dos livros caixa do escritório, contratada como auxiliar de contabilidade, hoje cargo vago ou inexistente, sendo dispensado na época também um trabalhador da cantina. As receitas, oriundas de mensalidades dos associados, de contratos e con-

"O patrimônio líquido da Assojubs mais do que triplicou"

A meta alcançada é o resultado do bom trabalho realizado pela diretoria da entidade; sob o aval da tesoureira Kill, a associação cresceu e ficou mais atuante e representativa



Maria Kill exercendo a função de tesoureira

vênios, basicamente se destinavam à folha de pagamento de funcionários e encargos fiscais, contas de luz, água e telefones, manutenção dos imóveis e afins, veículo, barraca de praia, alugueis e coisas do gênero. A cantina não era auto-suficiente, sendo necessário o repasse de verbas do escritório, além do arrecadado na venda das refeições.

Aí, bateu o desespero. Não tínhamos dinheiro, as diretorias eleitas precisavam trabalhar e, para piorar a situação, foi decidido que os associados mereciam ter uma sede própria, a qual seria entregue naquela gestão.

Fiquei em pânico...já pensou? Faça as contas...

Com pouco dinheiro, a solução foi arregaçar as mangas e trabalhar as receitas para as metas traçadas pela diretoria.

Na área da Secretaria, a redução de custos com material e a melhoria do atendimento ao público foi à tona na 1ª gestão.

A comunicação recebeu o seu primeiro computador próprio. O Jornal da Assojubs recebeu um nome: O Processo. E passou a ser feito pelo próprio diretor de comunicação e pelo vice-presidente, sendo discutido com toda a diretoria. A página do site foi reformulada e ambos veículos passaram a ter uma expressão mais sindical e política. A comunicação ganhou um enfoque mais combativo e aumentou o interesse da categoria em se associar.

Depois, disponibilizamos computador e internet gratuita para os associados e seus dependentes. Na cantina, passamos a utilizar toalhas, melhorando em muito o visual.

Foram admitidos uns 150 novos associados naquela gestão. Contratos e convênios foram renegociados e realizados, visando atrair novos associados.

Foram celebrados acordos que possibilitaram a arrecadação no semestre, de mais ou menos 35% do montante dos créditos.

Novos horizontes despontavam.

OP - Qual a sua intenção ao chegar à Diretoria da Assojubs?

Kill - Quando me lanço em alguma empreitada, quero poder fazer o melhor e atender as expectativas daqueles que dependem do trabalho a ser realizado. Mas, francamente, não imaginava o quanto trabalho me aguardava e as dificuldades pelas quais passaríamos.

OP - Qual a integração entre a tesouraria e a secretaria?

Kill - A Diretoria Financeira depende do trabalho do escritório, que está afeto à Diretoria da Secretaria, no que diz respeito à parte contábil, incluindo pagamentos e cobranças. Assim, é de vital importância essa integração. Eu e Adelson já havíamos trabalhado juntos por quase dez anos. Temos uma boa sincronia de pensamentos e trabalho, o que facilita bastante.

OP - Qual o balanço do 1º ano da gestão atual (2006/2008)?

Kill - Foi um ano de transição. 2/3 da Diretoria tomou posse em meados de junho de 2006, pronta para colocar em execução as propostas de campanha e, assim como havia ocorrido conosco em 2004 (Adelson, Hugo e eu), esbarraram na falta de dinheiro. O prédio foi entregue em maio de 2006, mas restava pagar valores contratados que perduraram até recentemente, valendo dizer que em 2006 o montante pago foi de mais de R\$ 200.000,00.

As despesas com o pessoal - salários, férias, 13º, vale-transporte, auxílios refeição, saúde e creche, cesta básica -, encargos previdenciários, PIS e FGTS dos funcionários do escritório e da cantina, ajuda de custo da Diretoria e dos Conselhos, entre outros custos, ultrapassaram R\$ 280.000,00.

Ainda assim, instalamos a sub-sede na Comarca de São Vicente, totalmente equipada, inclusive com computador e internet gratuita para uso dos associados e criamos e equipamos o Departamento Jurídico. Contratamos uma profissional para

atender as necessidades jurídicas da Assojubs, dar consultas - segundas, quartas e sextas-feiras na sede de Santos e às terças-feiras na sub-sede de São Vicente - e defender graciosamente os associados em procedimentos administrativos decorrentes do exercício da função. Nas ações particulares dos associados, os valores praticados são mínimos.

Reformamos todo o equipamento do consultório odontológico e, por mais de três meses, além dos atendimentos agendados, oferecemos serviços gratuitos, como limpeza e flúor aos associados e seus dependentes. Ainda na área da saúde a Assojubs trouxe para a sede e para a Comarca de Cubatão, e sem nenhum custo extra, também para os associados e seus dependentes, o Dia de Avaliação Médica, com exames de glicemia, aferição de pressão arterial e acuidade visual. Contratamos novos planos de saúde junto à Unimed, inclusive, de co-participação (UNIPART), com preços acessíveis a todas as categorias de funcionários públicos em geral.

Para a cantina, contratamos a consultoria de uma nutricionista, que, por consequência, levou à contratação de um profissional para o gerenciamento geral da mesma. A cantina oferece hoje alimento de primeira qualidade e um excelente atendimento aos seus frequentadores. A área destinada aos funcionários da cantina também conta com ótimas instalações.

O escritório recebeu novos equipamentos de informática, nova máquina de xérox, novo PABX e ar condicionado em todas as salas. Escritório e cantina estão uniformizados.

Nos convênios, predominou a educação de qualidade, com contratos de descontos junto aos melhores colégios e faculdades. Nos esportes e lazer, mantivemos as quadras para as práticas esportivas de futsal e voleibol e apoio para realização de torneios, inclusive nas comarcas vizinhas de São Vicente e Praia Grande. Apoio também na participação da Assojubs em torneios de futebol society e futebol de Areia

e para eventos como os 10 Km A Tribuna.

Na área social realizamos confraternizações em dias comemorativos, o caso do Dia do Funcionário Público e Dia das Crianças. Mantivemos as barracas de praia funcionando o ano inteiro, durante os finais e semana - com preços baixos e ótimos serviços. Os eventos do Projeto Fim do Mês ganharam uma injeção de criatividade, jamais vista, com festas típicas. O patrimônio líquido da Assojubs mais que triplicou, conforme balanço patrimonial do ano de 2006, estando hoje em R\$ 964.078,35. Então, acho que o trabalho realizado foi excelente.

OP - Quais as mudanças significativas e implementações desenvolvidas envolvendo setor financeiro?

Kill - Elaboramos relatórios financeiros distintos, diários e mensais, de todas as receitas e gastos em todas as áreas, o que possibilita uma análise pormenorizada de cada setor e de qualquer realização. Eles nos fornecem informações precisas e espelham o trabalho de cada diretoria. Todas as realizações envolvem o setor financeiro. Os relatórios financeiros informam e auxiliam os conselhos Fiscal e Deliberativo, que exercem com eficácia o seu traba-

lho.

OP - O patrimônio líquido da Assojubs triplicou. Qual o caminho para o crescimento?

Kill - Trabalho, muito trabalho. Para ser poética, só conseguimos grandes realizações quando nos empenhamos e corremos alguns riscos.

Para ser realista, é necessário muito trabalho e união da diretoria. Todo setor tem sua importância dentro da associação. Assim, todas as diretorias devem ser prestigiadas. Nem sempre o dinheiro faz a diferença, mas o crédito do trabalho a ser realizado. Esse, sim, deve estar em primeiro lugar.

Quando assumimos as diretorias, tínhamos conhecimento de que o prédio ainda não estava pago e caberia a nós, nestes dois anos, fazê-lo. Exploramos ao máximo as dependências da Assojubs, com locações para exposições, desfiles, festas e eventos. Mais uma vez, renegociamos contratos, convênios, celebramos novos, e, principalmente, negociamos com nossos associados, que sabem, pela divulgação do balanço anual de 2006, que o patrimônio da Assojubs triplicou, como já disse, e que este patrimônio precisa ser conservado. Conseguimos importantes patrocínios para atividades e eventos, que cobriram custos, anteriormente pagos por nós. Então,

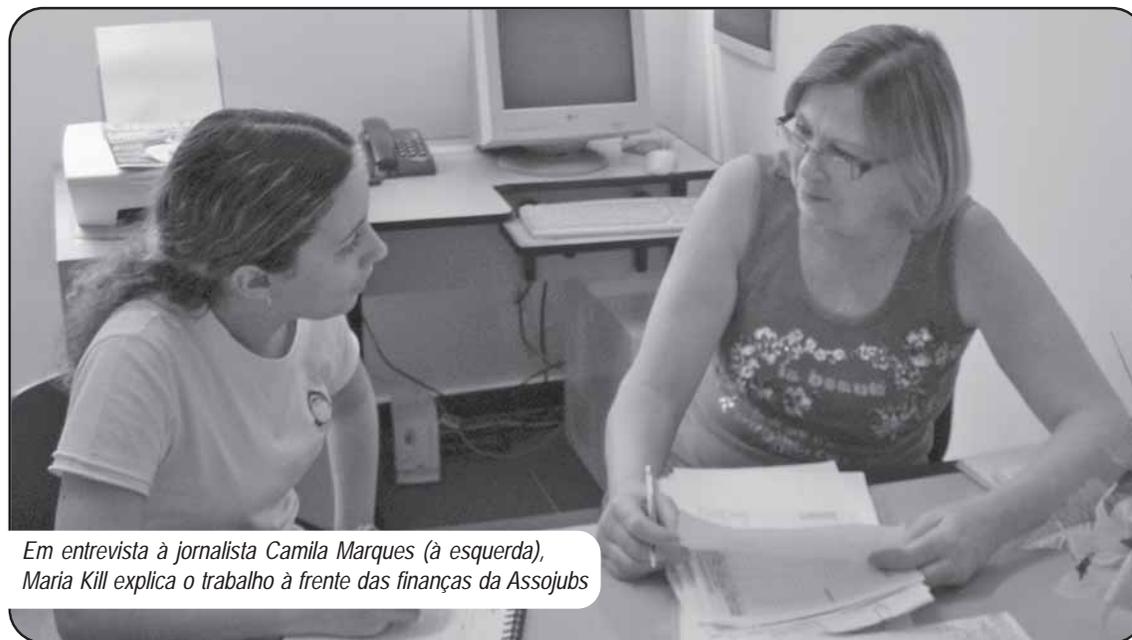
eu diria que a competência é necessária e a consciência é fundamental, e o nosso associado é o principal executor de qualquer trabalho para o caminho do crescimento.

OP - Quail foi o resultado mais importante desse trabalho, em sua opinião?

Kill - A confiança do associado em nosso trabalho.

OP - E a expectativa nesse 2º ano de gestão?

Kill - Expansão da Assojubs para outras comarcas do Estado. A Assojubs hoje é reconhecida como uma das associações mais atuantes em favor dos funcionários do Judiciário e dos funcionários públicos em geral. Particularmente, entendo que é necessário uma revisão do Estatuto Social, que intimida certas ações da diretoria. Por enquanto, só fala em punição para o que a diretoria não cumprir, mas não dá liberdade de ação. Temos que ter um estatuto que possa coibir determinados atos, mas, para isso, não devemos travancar o crescimento da entidade com medo de ferir o estatuto. A Criação do FAMES também é uma prioridade. É um compromisso de campanha ainda não executado.



Em entrevista à jornalista Camila Marques (à esquerda), Maria Kill explica o trabalho à frente das finanças da Assojubs

DESEMBARGADORES

TJSP gasta R\$ 4,8 milhões para comprar carros

Parece incrível, mas o mesmo Tribunal de Justiça de São Paulo que alega não ter verbas para, por exemplo, aumentar o auxílio refeição dos servidores - que é pago normalmente com verbas de custeio e não com a de pessoal - gastou R\$ 4,8 milhões para comprar 125 carros (o que daria R\$ 38.400 cada) para servir aos desembargadores paulistas.

A licitação, vencida pela General Motors através de pregão eletrônico, foi alvo de questionamento pelo desembargador Luiz Pantaleão, da 3ª Câmara Criminal, que encaminhou ofício ao presidente do TJSP, Celso Limongi, pedindo explicações para o valor gasto com automóveis.

Pantaleão questionou a utilização das verbas do Fundo Especial do Tribunal, as quais, segundo o ofício encaminhado à Presidência, deveriam servir para "expansão e aperfeiçoamento da atividade jurisdicional" em conformidade com a lei que criou o Fundo Especial do Tribunal. Segundo o documento do desembargador, o dinheiro do fundo deveria ser usado para o desenvolvimento de programas internos e aquisição de equipamentos de informática e aperfeiçoamento de servidores e juízes.

Carros para desembargadores ou FAM para servidores

Luiz Pantaleão foi mais fundo com sua insatisfação. Com embasamento legal questionou porque os valores não foram usados para pagar o FAM devido aos servidores: "A verba empregada na compra dos veículos de representação tinha de ser dirigida ao pagamento das indenizações de natureza alimentar devidas, com chancela administrativa, aos senhores funcio-

nários do Poder Judiciário, incluindo-se o principal e o montante decorrente da aplicação do Fator de Atualização Monetária (FAM). É de conhecimento geral que a Lei Estadual nº 12.395, de 21 de julho de 2006, introduziu alteração na Lei nº 8.876, de 2 de setembro de 1994, exatamente para que o Fundo Especial de Despesa pudesse bancar indenizações administrativas".

Leia o ofício do desembargador Luiz Pantaleão

São Paulo, 27 de agosto de 2007

Assunto: Carros de "representação" versus Legalidade

Senhor Presidente

Vossa Excelência e seu delegado ordenador de despesa, Juiz Assessor, este representando o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na formalização negociada, gastaram R\$ 4.818.750,00 (quatro milhões, oitocentos e dezoito mil e setecentos e cinquenta reais), adquirindo cento e vinte e cinco veículos de "representação" para uso dos Senhores Desembargadores (Contrato nº 000.006/07 com aditamento - SAD 4.2). O ônus recaiu nos recursos do Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A Lei Estadual nº 8.876, de 2 de setembro de 1994, que instituiu o Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, estabeleceu no artigo 2º: "Sem prejuízo das dotações consignadas no orçamento, o Fundo a que se refere o artigo anterior tem por finalidade assegurar recursos para expansão e aperfeiçoamento da atividade jurisdicional, visando ampliar o acesso à Justiça".

Acontece que causa grande perplexidade que o Fundo tenha

sido onerado com despesa decorrente de compra de automóveis de "representação" dos Desembargadores. Tais carros não implicam expansão e aperfeiçoamento da atividade jurisdicional, como aconteceria, por exemplo, com despesas para aquisição de equipamentos de informática e treinamento de servidores. Também, por óbvio, não implicam ampliação do acesso à Justiça. - Como sustentar que aquisição de carros de "representação" tem por finalidade aperfeiçoamento da atividade jurisdicional ou ampliação do acesso à Justiça? Aliás, veículo automotor de "representação" não é nem deve ser prioridade. Os Senhores Desembargadores têm mesmo, em princípio, meios próprios de locomoção.

Observe-se que os carros de "representação" já estão a compor uma frota de aproximadamente duzentos e oitenta unidades. Ao que parece, a pretensão é de atingir a marca de trezentos e sessenta veículos de "representação", ou seja, um para cada Desembargador. Evidentemente, uma frota dessa proporção acarreta grandes despesas de manutenção e compra de combustível, além de exigir o concurso de muitos agentes de segurança (motoristas). Vossa Excelência bem sabe que, considerando-se o uso restrito que o chamado carro de "representação" deve ter, uma pequena frota bastaria para o atendimento dos Senhores Desembargadores. Suficiente seria alguma adequação administrativa na organização do serviço. O que se não pode afirmar é que o carro de "representação" influi na proficiência funcional do Desembargador no desempenho da específica atividade jurisdicional. Também, é claro, não amplia acesso à Justiça.



Pátio da GM: montadora venceu a licitação para o TJ

Referentemente a esse ônus que recaiu sobre o Fundo Especial de Despesa, já formalizei, conforme protocolo de 23.8.2007 e na forma da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, o cabível expediente perante o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Outrossim, a verba empregada na compra dos veículos de "representação", tinha de ser dirigida ao pagamento das indenizações de natureza alimentar devidas, com chancela administrativa, aos Senhores Funcionários do Poder Judiciário, incluindo-se o principal e o montante decorrente da aplicação do Fator de Atualização Monetária ("FAM"). É de conhecimento geral que a Lei Estadual nº 12.395, de 21 de julho de 2006, introduziu alteração na Lei nº 8.876, de 2 de setembro de 1994, exatamente para que o Fundo Especial de Despesa pudesse bancar indenizações administrativas (parágrafo único, do art. 2º). Na mesma ordem de idéia, não se perca de vista que, para efeito da apuração dos limites estabelecidos nos arts. 19, 20, 22, parágrafo único, e 71, todos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), devem ser desconsideradas as despesas de pessoal decorrentes de direito reconhecido pela via administrativa, cujo fato gerador seja anterior ao período de apuração da despesa total de pessoal estabelecido no parágrafo 2º, do art.

18, do citado Diploma.

Em face do exposto, - e já notificando essa Presidência que dirigi representação aos eminentes integrantes do Colendo Órgão Especial para apuração da regularidade da licitação e aquisição dos mencionados carros de "representação" - , requiro que Vossa Excelência leve urgentemente ao Colendo Órgão Especial, as seguintes propostas: a) imediato pagamento, na proporção dos recursos existentes no Fundo Especial de Despesa, das indenizações devidas aos Senhores Funcionários; b) prévia autorização do Colendo Órgão Especial para a realização de quaisquer gastos que onerem o Fundo Especial de Despesa; c) indicação, no momento da inscrição eleitoral da candidatura do Desembargador para o cargo diretivo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dos nomes dos Juízes que integrarão a numerosa equipe de Assessores, para o conhecimento do Colendo Tribunal Pleno da identidade dos Magistrados que, delegados ordenadores de despesa, representarão a Corte perante terceiros.

Ao ensejo, apresento protestos de elevado apreço e consideração.

Luiz Pantaleão, Desembargador

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DESEMBARGADOR
CELSON LUIZ LIMONGI
DD. PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DE SÃO PAULO

INFORMATIVO

Assistência Jurídica nas ações individuais e coletivas

O Departamento Jurídico da Assojubs, criado pela atual diretoria, encontra-se em plena atuação perante o Tribunal de Justiça, defendendo as reivindicações da categoria através de ações coletivas e atendendo os interesses privados dos associados que buscam a tutela jurisdicional individualmente (como, por exemplo, para solucionar questões familiares, consumeristas ou indenizatórias, entre outras).

A Assojubs impetrou, em 26 de julho deste ano, a AÇÃO JUDICIAL COLETIVA, ou seja, em nome de todos os associados, visando o pagamento da defasagem salarial do período compreendido entre 1999 e 2005, com base no INPC,

publicado mensalmente pelo IBGE. O processo tramita perante a 13ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, sob o nº 583.53.2007.121069, e seu andamento pode ser consultado no site do próprio TJ/SP.

Além da referida ação judicial, a associação aguarda posicionamento formal do TJ/SP acerca dos requerimentos administrativos que versam sobre a EFETIVAÇÃO DOS SERVIDORES CONTRATADOS SOB O REGIME DA LEI 500/74 (protocolizado em 05/07/2007), sobre a DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS EM RAZÃO DA GREVE DE 2004, MEDIANTE COMPENSAÇÃO DAS HORAS

CREADORAS (protocolizado em 16/08/2007), bem como sobre a EQUIPARAÇÃO DO SALÁRIO-BASE AO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL (protocolizado em 16/08/2007), para futura propositura de demandas judiciais, caso os requerimentos não sejam atendidos.

Vale ressaltar que o Departamento Jurídico proporciona descontos aos associados no patrocínio de ações de interesse privado (50% de desconto sobre os honorários fixados na tabela editada pela OAB/SP), bem como nas ações de interesse profissional (honorários de 10% sobre o valor apurado em liquidação de sentença e devidos somente em caso de sucesso da ação).

Veja abaixo a relação das ações funcionais patrocinadas pelo Departamento Jurídico:
AÇÕES FUNCIONAIS MAIS PROCURADAS:

- COBRANÇA DO F.A.M. (FUNDO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA)

Quem tem direito: todos os que ainda tiverem fundo a receber

Documentos necessários:

1. Cópia da funcional;
2. Certidão ORIGINAL expedida pelo DEPE onde conste o valor a receber de FAM (não precisa ser nova, pode ser antiga, mas não pode ser anterior a 2003).

Custo inicial: R\$ 20,00

- RECÁLCULO DA SEXTA PARTE SOBRE A TOTALIDADE DE VENCIMENTOS

Quem tem direito: todos os que recebem a sexta parte

Documentos necessários:

1. Cópia da funcional;
2. Último holerite onde conste o pagamento da sexta parte;

Custo inicial: R\$ 20,00

- EQUIPARAÇÃO DO SALÁRIO BASE AO MÍNIMO LEGAL

Quem tem direito: todos cujo salário-base seja menor que R\$ 380,00

Documentos necessários:

1. Cópia da funcional;
2. Cópia do último holerite.

Custo inicial: R\$ 20,00



BANCO DO LÉO

BB Crédito Veículo

O Banco do Brasil tem o financiamento na medida certa para você comprar o carro dos seus sonhos

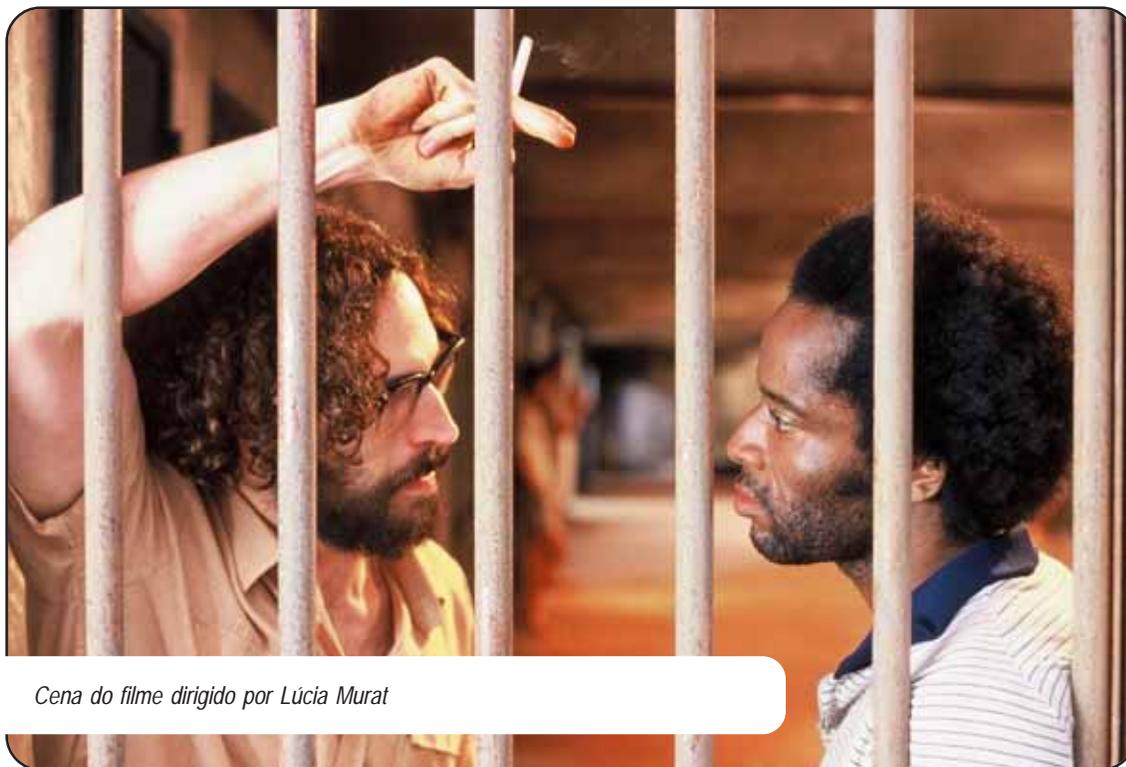
Todo seu



Sujeito a análise e aprovação cadastral

FILME/DVD

Quase dois irmãos



Cena do filme dirigido por Lúcia Murat

**"Temos todos duas vidas:
uma, a que sonhamos;
outra, a que vivemos..."**

Um mundo branco e preto. Um mundo rico e pobre. Um mundo amistoso e violento. Um lugar onde opostos se atraem, se misturam e se repelem. Um lugar onde opostos passam a ser pares, se encontram e desencontram.

"Quase dois irmãos" é um belíssimo filme brasileiro, que mostra um país no qual as contradições e semelhanças convivem o tempo todo, se cruzam, se misturam e se separam na mesma proporção de alegria, esperança e violência.

O filme tem duas histórias condutoras. Uma é a história do Brasil dos anos 60 até os dias de hoje, tendo como cenário o presídio da Ilha Grande (RJ), para onde uma parte dos presos políticos que lutavam contra a ditadura militar eram

levados. A outra história mostra as desigualdades e a convivência de uma sociedade que se distância em duas, por diferenças de classe social, raça, cultura e história.

Os encontros e desencontros dessa sociedade marcam o destino e a vida de dois homens: Miguel, branco, deputado federal, ex-presos político, oriundo de uma família de classe média alta, e Jorge, negro, um dos líderes do Comando Vermelho, ex-presidiário na Ilha Grande, filho de um sambista. O ponto comum a unir a vida dos dois personagens é a música popular brasileira e o tempo de convivência no presídio da Ilha Grande, litoral do Rio de Janeiro.

Dois mundos se encontram e este episódio passa a ser parte im-

portante da história de violência que o país enfrenta hoje - essa argumentação do filme é baseada em fatos reais e suas conseqüências fazem parte da realidade atual.

O filme demonstra como esse relacionamento entre dois mundos tão opostos converge e diverge, num misto de tolerância e violência, conflito e aprendizado, que deu origem ao Comando Vermelho, a primeira organização criminosa a controlar o tráfico de drogas.

Ficha Técnica

Título Original: *Quase Dois Irmãos*

Tempo de Duração: 102 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Direção: Lúcia Murat

Roteiro: Lúcia Murat e Paulo Lins

Música: Naná Vasconcellos

LIVRO

Ensaio Sobre a Cegueira

(José Saramago)

A obra *Ensaio sobre a cegueira*, do escritor português José Saramago, contraditoriamente é um livro sobre a visão. A visão sobre o que somos de verdade, mas que raras vezes demonstramos, ou a visão com a qual nos deparamos em poucas ocasiões, cegos pelo que aparentemente é nosso poder de enxergar.

A partir de uma súbita e inexplicável epidemia de cegueira, uma cegueira leitosa, completamente branca, Saramago nos guia para a situação de desorganização e ao mesmo tempo superação dos valores mais básicos da sociedade.

Partindo dessa inexplicável epidemia, a qual tem início com um motorista, que subitamente fica cego enquanto está parado em um sinal vermelho, o autor traça uma narrativa em que a moléstia vai contaminando outras pessoas e transformando seus personagens em animais egoístas, desesperados na luta pela própria sobrevivência.

Depois do motorista, todas as pessoas que tiveram contato com ele tornam-se acometidas pela cegueira, desde o seu médico, passando pela mulher dele e os pacientes, até se tornar uma epidemia misteriosa. Os personagens vão se tornando cegos em um ritmo vertiginoso, sem ter pausa.

Percebemos, então, que o autor não deu nome à cidade, não datou os acontecimentos e manteve seus personagens anônimos, conhecidos apenas como "a mulher do médico", "o homem da venda preta" ou "a rapariga dos óculos escuros".

Os cegos são confinados em locais abandonados e fechados, sob as ordens dos que ainda conservam a sua visão. Quem enxerga torna-se uma autoridade, impondo qual forma de comportamento os cegos devem obedecer.

Mas um dos "encarcerados", a mulher do médico, mantém a visão e passa a registrar todo o horror e provação que os cegos enfrentam. O dilema da mulher do médico é compreender se a permanência de sua visão em uma terra de cegos é uma dádiva ou um castigo.

Como ninguém mais vê o que o outro faz, a convivência se transforma em uma disputa na

qual as regras são quebradas pela segurança que não serão notadas. Os mais fortes abusam do poder para impor sua vontade. Os instintos de sobrevivência humana vão tomando conta das ações.

Será necessário que estejam todos cegos para que enfim seja possível enxergar a essência de cada um?



ATIVIDADE

Coral Assojubs: música, vozes e arte

A Assojubs está implementando um projeto da área da Diretoria de Atividades Culturais, Sociais e Educacionais, que há tempos era requisitado: o coral da entidade.

O projeto teve início no último dia 30 de agosto, com a aula inicial ministrada na sede.

A intenção de formar o Coral Assojubs foi efetuada após uma pesquisa de interesse, realizada entre os funcionários do Fórum de Santos - ao qual foram solicitadas opiniões de trabalhadores de 37 setores, entre cartórios e administração, do prédio central, fórum civil e anexo.

Entre os pesquisados, muitos manifestaram o desejo de participar da atividade. O responsável pelo coral é o associado Mário Sérgio Soares que, juntamente com a Assojubs, está envolvido no desenvolvimento do projeto.

Além dos judiciários em ati-

vidade, os aposentados também estão convidados - inclusive os que fizeram parte do antigo Coral do Fórum - a integrarem o grupo.

Além dos ensaios, que já estão ocorrendo semanalmente, Soares tem o propósito de ingressar o pessoal em apresentações futuras, nos

diversos eventos de corais vocais que a região costuma promover ao longo do ano.

Outras informações sobre o Coral Assojubs podem ser obtidas na Secretaria da Associação, pelo 3223-2377, ou através do e-mail faleconosco@assojubs.com.br.

MÚSICA

Corinne Bailey Rae



Ela está entre as três artistas britânicas estreadoras que conquistaram a primeira colocação nas paradas inglesas em seus álbuns de estréia.

Com 26 anos, muito talento e beleza, Corinne Bailey Rae - que cursou faculdade de literatura inglesa e pratica intensamente violino e guitarra - escreve suas músicas demonstrando autocrítica e habilidade.

O álbum de estréia, auto-intitulado - Corinne Bailey Rae (foto) -, mistura, com maestria, baladas simples e suaves, faixas otimistas, um pouco de Funk e

um Blues hipnotizantes em função de sua voz.

A crítica a considerou "estrela feminina de 2006" e seu trabalho trouxe influências de vários artistas de Jazz e Soul. Por tudo isso, Corinne chegou a ser comparada a grandes cantoras como Billie Holiday e Norah Jones.

Em seu álbum destacam-se as faixas de abertura do álbum, "Like a Star", "I'd Like To" e "Call Me When You Get This". A faixa "Put Your Records On", ficou conhecida do público brasileiro através da telenovela "Páginas da Vida".

SERVIÇO

Quadro de Permutas

Nome	Cargo	Comarca origem	Seção	Permuta para	Contato
Romualdo	Escrevente Técnico Judiciário	S.R.H. São Paulo (Capital)	Arquivo	Santos, São Vicente ou P. Grande	(011) 3231-0770
Elizabeth Rei Valente	Auxiliar Judiciário VI	São Vicente	1º Ofício Cível	Santos	(013) 3467-6650 Ramal 262

Para anunciar sua permuta, entre em contato com a Assojubs: faleconosco@assojubs.com.br ou pelo telefone: (013) 32232377

PEDESTRIANISMO

Equipe Assojubs participa do Campeonato Santista

Incentivados pela Diretoria de Esportes e Lazer da Assojubs, alguns associados formaram uma equipe de pedestrianismo, a qual vem integrando as etapas do Campeonato Santista de Pedestrianismo 2007, estimulando a atividade física mais antiga do conhecimento humano: a corrida.

A largada para a competição se deu em 21 de abril, com a Prova 6º BPMI - Polícia Militar, disputada nas imediações da Ave-

nida Cel. Joaquim Montenegro, o Canal 6. A 2ª etapa foi em 24 de junho, com a Prova dos Bombeiros, que usufruiu dos arredores da Avenida Conselheiro Nébias. Já a 3ª etapa ocorreu em 19 de agosto, nas proximidades da Praça Rui Barbosa, pela Prova da Polícia Federal/GM/SEMES.

Abaixo, a relação dos atletas participantes das três etapas e os resultados obtidos em suas respectivas categorias:

ATLETA	1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	CATEGORIA
Alessandro M. Barreto	92º	72º	65º	Sênior - 35/39 anos
Alexandre Viscome	145º	-	-	Pré-veterano - 40/44 anos
Ana Cristina Ribeiro	14ª	-	-	Veterana - 45/49 anos
Edvaldo Gonçalves da Silva	144º	153º	120º	Pré-veterano - 40/44 anos
Fabiana dos Santos	-	29ª	-	Sênior - 35/39 anos
Giovano de Angelo	45º	-	-	Sênior - 35/39 anos
José Inácio da Silva	59º	-	79º	Veterano I - 45/49 anos
José Roberto Ribeiro	36º	-	-	Pré-veteraníssimo 55/59 anos
Lygia Pereira Mendes	13ª	12ª	8ª	Máster - 25/29 anos
Odair de Paula Conceição	79	-	-	Sênior - 35/39 anos
Paulo Ary Dias Ribeiro	102º	-	-	Sênior - 35/39 anos
Priscila Ribeiro Santos	38ª	-	-	Sênior - 35/39 anos
Regiane Oliveira Manzano	28ª	26ª	23ª	Sênior - 35/39 anos
Sergio Augusto Crochemore	152º	152º	106º	Pré-veterano - 40/44 anos
Simone Carvalho dos Santos	30ª	30ª	34ª	Sênior - 35/39 anos
William Lauer	29º	28º	42º	Veterano II - 50/54 anos



Da esquerda para a direita: Laércio Armesto e Alexandre Santos (diretores da Assojubs), Alessandro, Willian, Lygia e Sérgio (competidores)



William Lauer na 3ª etapa do Campeonato Santista

AVISOS

Carteirinhas disponíveis

A Assojubs informa aos associados usuários dos planos de saúde "A", "D" e Seguradora da Unimed Santos, que as novas carteirinhas devem ser retiradas na entidade.

Outras informações podem ser obtidas na Secretaria da Assojubs, pelo 3223-2377.

Visitas às Comarcas

A Diretoria da Assojubs pretende, nesse segundo semestre, intensificar as visitas nas comarcas da região. O intuito é fortalecer os laços entre a entidade e seus associados, esclarecendo dúvidas, divulgando os assuntos que envolvem a categoria e promovendo a integração através da realização de eventos esportivos e sociais.

Site Assojubs

Para adequar as solicitações feitas pelos associados, o site da Assojubs vem passando por pequenas alterações com o objetivo de tornar-se mais dinâmico e de fácil acesso.

As informações são constantemente atualizadas, tanto com matérias internas, quanto notícias veiculadas em periódicos de grande circulação. Registros de festas e atividades promovidas pela entidade também estão disponíveis, bem como um espaço reservado para as dúvidas e sugestões.

Vale lembrar que o endereço do site é www.assojubs.com.br

SAÚDE

Assojubs promove o Dia da Avaliação Médica no Fórum de Santos

A Diretoria de Convênios da Assojubs, em parceria com a Unimed Santos, promoverá em 21 de setembro, no Fórum de Santos, mais um Dia da Avaliação Médica. A ação visa a prevenção e o diagnóstico precoce de doenças.

Na ocasião, profissionais qualificados realizarão a aferição da pressão arterial e testes de glicemia e acuidade visual. Além das análises, será ministrada pela psicóloga Maria Cláudia Correa Colombi, uma palestra sobre depressão, que abordará seus sintomas, tratamentos e tipos de medicamentos utilizados no processo de recuperação.

Todos os funcionários do judiciário, associados ou não, poderão participar des-

se mutirão da saúde, que tem o intuito de conscientizar as pessoas para a importância de realizar exames de rotina, evitando, assim, descobertas tardias de males e gerando a oportunidade de efetuar os cuidados adequados.

O Dia da Avaliação Médica acontecerá no Salão do Tribunal do Júri, das 13h30 às 16h30.

Praia Grande - E Praia Grande será a próxima comarca a receber o Dia da Avaliação Médica, em novembro. Assim como em Santos, serão igualmente realizados os testes de glicemia e acuidade visual e aferição da pressão arterial.

A data será posteriormente agendada e divulgada pela Assojubs.

**PLANOS MÉDICOS**

Cobertura total: Assojubs regulamenta planos da Unimed

A Assojubs regulamentou os planos "D", "A" e Seguradora da Unimed Santos visando garantir total cobertura, conforme o rol de procedimentos instituídos pela Agência Nacional de Saúde (ANS), e com isenção de carências para os beneficiários já inscritos nos referidos planos.

Essa regulamentação foi aprovada após uma criteriosa análise frente às propostas apresentadas pela Unimed e considerando o objetivo da entidade em continuar prestando serviços aos associados, onde prevaleça a melhor relação custo-benefício.

NOVOS CONVÊNÍOS**ACADEMIA**

Prime Fitness
Avenida Rodrigues Alves, 359 -
Macuco - Santos
3021-3720 / 3019-0054

CALÇADOS/ACESSÓRIOS

M. Bagaiolo
Rua Oswaldo Cruz, 319, loja 52/53 -
Super Centro do Boqueirão - Santos
Tel.: 3223-3232

CONFECÇÃO

Tela Flor - Hering
Fitness - camisetas - bermudas - calças
Rua Campos Melo, 43
Vila Nova - Santos
Tels.: 3232-1022 / 3232-1508

DENTISTAS

Dr. Augusto César Santos Barbosa
Endodontia
Avenida Epitácio Pessoa, 702 - Ponta
da Praia - Santos
Tels.: 3238-0152 / 3238-0184

Dr. Márcio Braga
Implantes - enxerto ósseo -
reabilitação oral
Rua Governador Pedro de Toledo, 87 -
Boqueirão - Santos
Tels.: 3288 - 1467 / 9704- 7801

DROGARIA

Drogaria Kallu
Cubatão - Praia Grande
Tel.: 0800-772-4399 - entrega gratuita

ENSINO

Casa Branca Idiomas
Rua Machado de Assis, 410 -
Boqueirão - Santos Tel.: 3233-5258

Casa Branca School
Educação infantil bilíngüe - berçário -
jardim - pré - ensino fundamental
Rua Maçado de Assis, 372
Boqueirão - Santos
Tel.: 3233-5258

Instituto Santista de Ensino
Curso Aprovação
preparatório para concursos
Avenida Afonso Pena, 312/314, loja 75
Embaré - Santos
Tel.: 3238-8327

Unisantos
Graduação - pós-graduação -
sequenciais - à distância
Santos
Tel.: 3205-5555

Escola Santista de Futsal
Professor Amadeu Sérgio
Crianças e adolescentes
masculino e feminino
Rua Júlio de Mesquita (Ginásio da
Unimonte), 210 - Vila Mathias - Santos
Tel.: 3222-8890 / 9128-5290

NUTRICIONISTA

Luana M. D. Lopes
Avenida Conselheiro Nébias, 580, loja
91 - Boqueirão - Santos
Tel.: 3235-6838 / 3223-5292

PSICÓLOGA

Flávia Gutierrez de Almeida
Rua Particular Aliança, 13 - Gonzaga -
Santos
Tel.: 3284-5057 / 9147-5094

PSICOPEDAGOGA

Professora Valnete Oliveira Soares
Rua Euclides da Cunha, 248, sala 06 -
Pompéia - Santos
Tel.: 3022-0128 / 9714-1318

SOM

Impact Equipamentos - DJ Rodrigo
Iluminação - som - telão - DJs
Rua Gonçalves Ledo, 165 - Campo
Grande - Santos
Tel.: 3252-1138 / 3021-2434



Black Jubs

Noite da música negra

28
de
Setembro
19h30

Show com a Banda
KOALA JOE

Local: ASSOJUBS
Av. São Francisco, 276
(convênio com estacionamento Forum Park)

Convites Limitados



3º FUTJUBS

III CAMPEONATO DE FUTSAL DA ASSOJUBS

INICIO DO TORNEIO 15/09



Início: 15/09
Término: 01/12

Jogos em Santos, São Vicente e Praia Grande
Confira a tabela com horários dos jogos no site www.assojubs.com.br
Prestigie os atletas com sua presença